

Pés no Futuro

Em menos de três meses, o Brasil virou uma página de alta incompetência e inverteu todas as expectativas. Interna e externamente, primeiro o Plano Bresser e agora o Plano Macroeconômico alcançam os resultados objetivos e subjetivos que tanta falta vinham fazendo. Ficou para ser resolvida apenas a questão do relacionamento entre o governo e o seu partido.

Assim que a opinião pública reabriu o crédito de confiança à política econômica, o ministro Bresser Pereira foi retomar com as instituições financeiras internacionais o hábito da negociação, que é prática civilizada, entre nações e governos, no plano dos interesses. Tanto bastou para que o PMDB se ouriçasse e emitisse farpas de desconfiança ideológica em todas as direções. Não é novidade esse comportamento. O PMDB mantém a idéia messiânica de que lhe cabe a missão de tutela ideológica, a despeito da vontade dos eleitores.

O PMDB se reserva a intransigência como razão de ser, e a aplica diretamente na tomada de posição diante da economia. Em política, é incapaz de ser intolerante. Pelo contrário, cultiva a convívência: não se importa com decretos-leis, com as mordomias e tudo que lembre o regime anterior. Em economia, no entanto, meia dúzia de eleitos faz questão de tutelar o governo com um patrulhamento que não se submeteu à vontade popular.

As dificuldades que o Brasil enfrenta são uma questão específica da economia. Nada têm a ver com a política, exceto que foram agravadas e multiplicadas pela visão política de que o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, se valeu: levou o governo a romper com os credores internacionais e a declarar a moratória, que de técnica tem apenas a referência. Foi eminentemente política. Melhor, ideológica.

O ministro Bresser Pereira voltou dos Estados Unidos com dados convincentes para quem tenha boa fé, mas encontrou um PMDB engasgado com os velhos preconceitos que não consegue digerir. A responsabilidade pelas soluções econômicas é, em primeiro lugar, do presidente da República. Em segundo lugar, é atribuição do ministro da Fazenda como seu executante. Em grau de conselheiro, o presidente do PMDB — e não o PMDB — tem voz na ponderação da política econômica do Governo.

Exatamente quando todos os aspectos práticos estão equacionados, um pequeno grupo de parlamen-

tares do PMDB e do PFL volta dos Estados Unidos e atravessa o andamento de uma questão exclusiva do governo: os estafetas do turismo desembarcaram de volta com a idéia de que o Brasil não deve ter pressa em resolver suas divergências com os credores internacionais, porque detectaram “novas tendências” na opinião pública norte-americana.

Seria muito engraçado, se não fosse tragicamente equivocado, esse dom sobrenatural que a economia capitalista despertou na ideológica de esquerda. Esses convidados do Departamento de Estado fizeram turismo em dólares e fingem agora que mantiveram entendimentos políticos. O ministro da Fazenda os ouviu e observou que teve os mesmos contatos. Limitou o encontro a uma troca de opiniões. Valeu a lição. Não há mais tempo a perder com esse jogo de cena a que se entrega o PMDB para enganar o respeitável público. Não há mais nada a discutir com esses estafetas que cuidam com antecedência dos seus interesses eleitorais e retardam em proveito próprio a solução dos problemas brasileiros.

O Brasil tem de pagar os seus credores internacionais pela elementar razão de que não pode dispensar o concurso dos recursos externos para se desenvolver. Esta é a prioridade nacional. Ou, como dizia ontem o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio de Oliveira Santos, “o Brasil é um país que pode crescer, quer crescer e precisa crescer”. Mas para isso, precisa contar com a confiança internacional. Não é com a prática irresponsável de não honrar compromissos que se alcançará esse novo grau de participação externa no desenvolvimento brasileiro. “A moratória produziu efeitos opostos aos pretendidos”, afirmou ainda Oliveira Santos. O novo plano criou elementos técnicos para uma ampla negociação da dívida externa com os bancos privados, com o Clube de Paris, o FMI e outras instituições internacionais. Por que, então, não disparar nessa direção, de uma vez por todas?

Abrindo-se à confiança internacional e jogando duro com as despesas públicas, principalmente das empresas estatais que exercem maior pressão, o Brasil muda definitivamente para melhor a sua situação em noventa dias. Com menos inflação e novas fontes de recursos, o Brasil saltará com os dois pés no futuro, do qual o separam apenas o preconceito político e a prevenção ideológica contra a economia de mercado.